

Relatório Integrado 2021 – Ano base 2020

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Relatório integrado

Sumário

| | |
|--|-----------|
| 1. VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE EXTERNO..... | 3 |
| 1.1. CAPITAL FINANCEIRO..... | 7 |
| 1.2. CAPITAL MANUFATURADO | 10 |
| 1.3. CAPITAL INTELECTUAL | 10 |
| 1.4. CAPITAL HUMANO..... | 10 |
| 1.5. CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO..... | 12 |
| 1.6. CAPITAL NATURAL | 16 |
| 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA..... | 19 |
| 3. OPORTUNIDADES E RISCOS..... | 21 |
| 4. ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS..... | 22 |
| 5. MODELO DE NEGÓCIOS..... | 26 |
| 6. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO..... | 30 |
| 7. PANORAMA FUTURO..... | 34 |

Apresentação

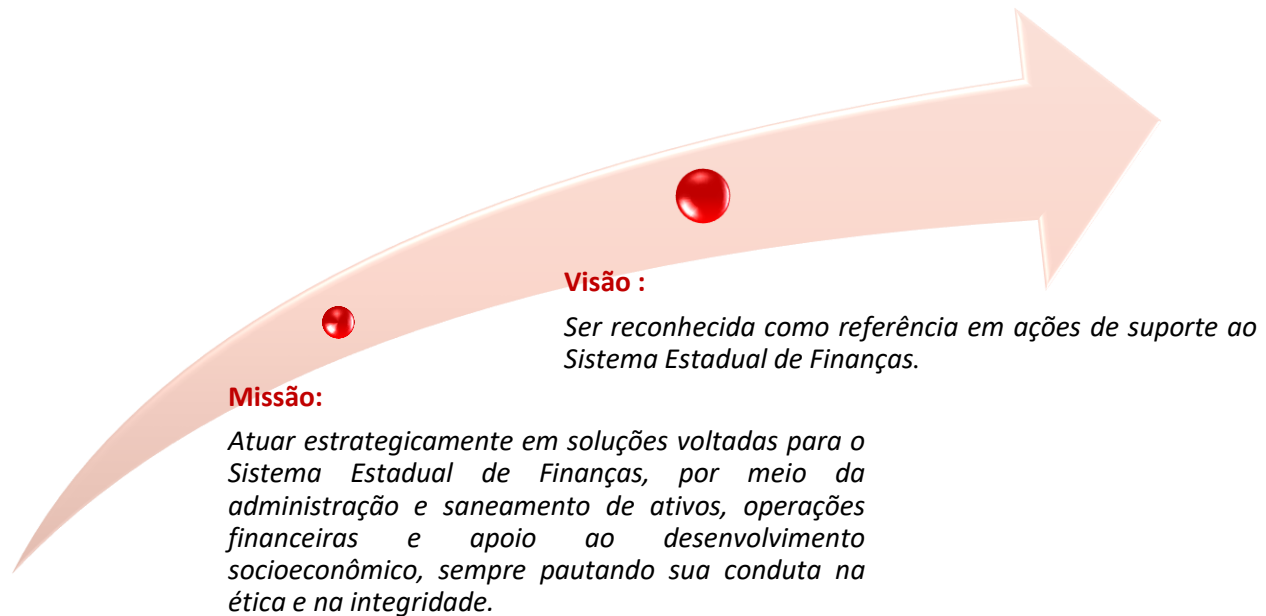
O Relatório Integrado 2021- ano base 2020 divulga aos funcionários, acionistas, investidores, clientes e representantes do governo o nosso jeito de operar e gerir nossos negócios e seus decorrentes impactos nas esferas econômica, ambiental e social.

Este relatório foi elaborado de acordo com a proposta de projeto de RI – Relatório Integrado divulgado pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), e seu objetivo é demonstrar nossa criação de valor, em alinhamento aos princípios do Relato.

Os dados econômico-financeiros estão em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os valores apresentados observam as práticas brasileiras aplicáveis às companhias abertas, conforme as demonstrações contábeis disponíveis no site Institucional/ Demonstrações Contábeis (www.mgipart.com.br/institucional/exercicio-2020).

1. Visão Geral da Organização e Ambiente Externo

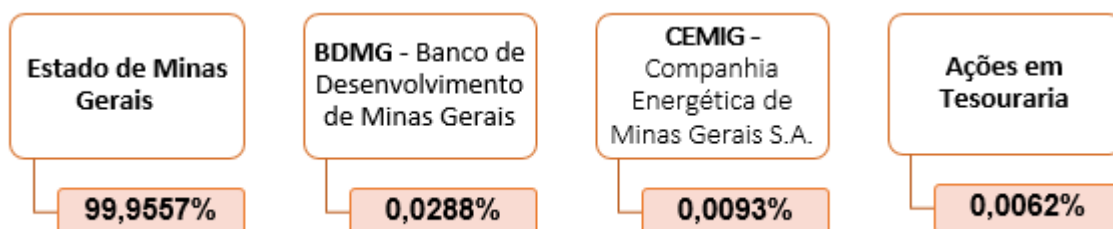
Missão e visão



Valores



Estrutura Societária



A Companhia, no ano base deste Relatório, detém participação nas seguintes sociedades:

- Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – 0,46%;
- Empresas do Grupo Gerdau S.A. – 0,02%;
- Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – 0,13%;
- Codemge – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,001%;
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,95%.

Contexto operacional

A MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Embora seu foco principal seja a administração de ativos (créditos e imóveis), a MGI possui amplo objeto social, que lhe permite atuar de forma estratégica na oferta de soluções diversificadas para a Administração Pública.

Seu objeto social compreende:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas

de interesse da administração pública estadual;

Contexto operacional da subsidiária integral

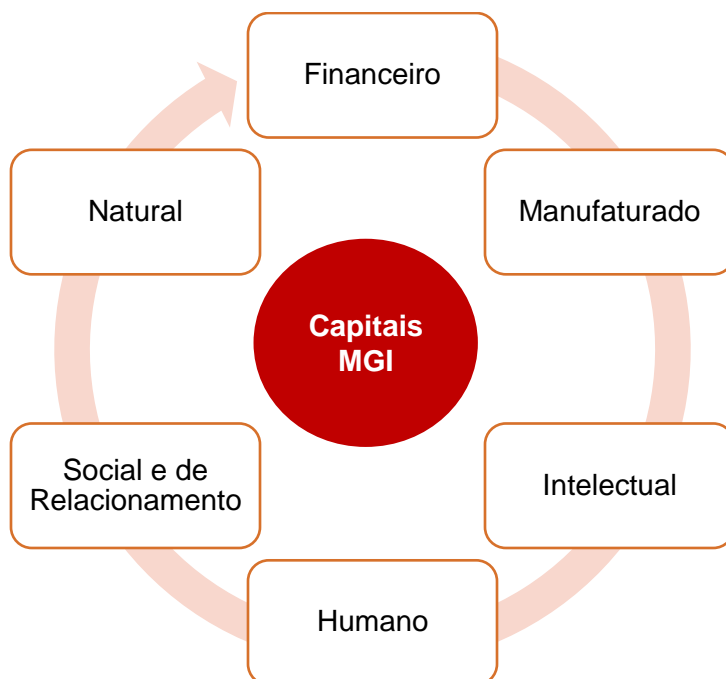
Até julho de 2019, a Companhia possuía uma subsidiária integral denominada EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A., constituída em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

Tendo em vista que a EMIP perdeu seu principal objeto, a MGI decidiu que seria inviável manter a subsidiária. Desta forma, em julho de 2019, a EMIP foi incorporada pela MGI conforme definido em ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Desta forma, os valores relativos ao exercício de 2019, encontram-se consolidados, enquanto, no exercício de 2020, apresentam-se somente os dados da Controladora.

Capitais

A atuação da Companhia e sua interação com os ambientes interno e externo ocorrem por meio de seus capitais. A MGI possui clara percepção e consciência que todos os seus capitais são de extrema importância e interdependência, sendo primordiais para a criação de valor e a consecução de seus objetivos.

Por esse motivo, apresentamos neste relatório as informações relevantes sobre os capitais que compõem nosso modelo de negócios:



1.1. Capital financeiro

Compostos pelos recursos financeiros que poderão ser utilizados pela companhia para o desempenho de suas operações. Compreendem os mesmos recursos considerados pelas normas brasileiras de contabilidade como caixa e equivalente de caixa:

Caixa: compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis;

Equivalente de caixa: são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 2020, a Companhia apresentou em seu caixa e equivalentes de caixa os seguintes valores em milhares de reais:

| | Controladora | |
|------------------------|---------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Caixa e bancos | 128 | 3 |
| Aplicações financeiras | 17.797 | 11.406 |
| | 17.925 | 11.409 |

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a

qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Caa1 e Aa1, baseado na escala nacional da agência Moody's.

O capital financeiro pode ter sido obtido pelo financiamento de capital de terceiros ou próprio, como dívidas, ações, ou gerados por atividades operacionais ou de investimento. O conceito utilizado para a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, como segue:

Fluxos de caixa são entradas e saídas de caixa e equivalente de caixa decorrente das:

Atividades operacionais - são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento;

Atividades de investimento - são atividades relativas à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos, não incluídos nos equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento - são aquelas que resultam em mudanças no tamanho da composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais)

| Notas | Controladora | | Consolidado |
|---|--------------|------------|-------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2019 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado do exercício | 36.555 | (8.494) | (8.494) |
| Ajustes para: | | | |
| Depreciação e amortização | 85 | 103 | 103 |
| Redução ao valor recuperável | 7.c (39.913) | (33.303) | (33.303) |
| Resultado de ajustes a valor justo | 17.539 | 38.322 | 38.322 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | 719 | - |
| Perdas de parcerias público privadas | - | - | 156 |
| Provisão/reversão de Perdas de Investimentos | 11 (489) | 131 | 131 |
| Encargos financeiros de contrato de opções | 18 15.412 | 17.210 | 17.210 |
| Custo de transação a amortizar | 18 405 | 405 | 405 |
| Variação monetária líquida | 15.572 | 44.962 | 44.962 |
| | 45.166 | 60.055 | 59.492 |
| (Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto JSCP e dividendos) | 7 (7.874) | 31.412 | 30.831 |
| (Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos | 7.a 225 | 201 | 201 |
| (Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários | 6 35.039 | (43.019) | (43.019) |
| (Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar | 9 1.149 | (1.259) | (1.036) |
| (Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais | 10 515 | 3 | 3 |
| (Aumento)/Diminuição de imóveis para venda | 280 | 216 | 1.015 |
| (Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo | 1.617 | (47) | (11) |
| Aumento/(Diminuição) de fornecedores | (67) | (2) | (7) |
| Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais | 91 | 11 | (370) |
| Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher | 696 | 508 | 672 |
| Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses | 13 (4.531) | (1.054) | (1.097) |
| Recebimentos de créditos autônomos | 7c 13.747 | 69.418 | 69.418 |
| Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão | 12 (48.503) | (63.275) | (63.275) |
| Amortizações de debêntures 5ª emissão | 12 (48.152) | (24.076) | (24.076) |
| Amortização do contrato de opções flexíveis | (15.412) | (17.210) | (17.210) |
| Caixa gerado (usado) nas atividades operacionais | (26.014) | 11.882 | 11.531 |
| Aquisição de investimento | (46) | (69.357) | (69.357) |
| Aquisições imobilizado/intangível | (28) | (151) | (151) |
| Venda de ativo imobilizado | 2 | - | - |
| Caixa oriunda de incorporação de controlada | - | 41 | - |
| Caixa usado em atividades de investimento | (72) | (69.467) | (69.508) |
| Integralização de capital | 16 32.602 | 67.219 | 67.219 |
| Obrigação por repasse - convênio | - | (2.371) | (2.371) |
| Caixa proveniente de atividades de financiamento | 32.602 | 64.848 | 64.848 |
| Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa | 6.516 | 7.263 | 6.871 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | 11.409 | 4.146 | 4.538 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 17.925 | 11.409 | 11.409 |
| Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa | 6.516 | 7.263 | 6.871 |

1.2. Capital manufaturado

Refere-se aos bens corpóreos que a companhia classifica no ativo imobilizado, utilizados para a geração de valor por meio das atividades da empresa.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO EM 31/12/2020 (em reais)

| ATIVO | SALDOS EM 31/12/2019 | MOVIMENTAÇÕES EM 2020 | | DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO | SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2020 |
|----------------------------|-------------------------|--------------------------|----------|----------------------------|---------------------------------|
| | | AQUISIÇÕES | BAIXAS | | |
| Instalações Comerciais | 12.976,18 | - | - | (2.937,96) | 10.038,22 |
| Móveis e Utensílios | 12.996,97 | - | - | (1.963,56) | 11.033,41 |
| Computadores e Periféricos | 7.881,25 | 22.590,00 | - | (5.269,44) | 25.201,81 |
| Máquinas e equipamentos | 2.604,95 | - | - | (1.120,92) | 1.484,03 |
| Sistemas de Seguranças | 1.061,18 | - | - | (553,80) | 507,38 |
| TOTAIS | 37.520,53 | 22.590,00 | - | (11.845,68) | 48.264,85 |

1.3. Capital intelectual

Formado por bens intangíveis que podem estar reconhecidos como ativos da empresa quando atenderem aos critérios de reconhecimento, tais como marcas e patentes. As normas de contabilidade definem ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física.

A companhia, em 2020, registrou seus ativos intangíveis como:

COMPOSIÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL EM 31/12/2020

| ATIVO | SALDOS EM 31/12/2019 | MOVIMENTAÇÕES EM 2020 | | DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO | SALDO CONTÁBIL EM 31/12/2020 |
|-------------------------------|-------------------------|--------------------------|----------|----------------------------|---------------------------------|
| | | AQUISIÇÕES | BAIXAS | | |
| Intangíveis - <i>Software</i> | 72.465,21 | - | - | (70.665,19) | 1.800,02 |
| TOTAIS | 72.465,21 | - | - | (70.665,19) | 1.800,02 |

1.4. Capital Humano

Formado por bens intangíveis não reconhecidos como ativo da empresa, pois decorrem dos seus colaboradores e sobre os quais a companhia não tem controle, como as competências, capacidades e experiências das pessoas, bem como suas motivações para inovar. Com gestão focada no desempenho das pessoas, a Companhia analisa o cenário do mercado, adaptando-se às tendências e implantando melhorias em programas e processos de Gestão de Pessoas.

Emprego

Com capital humano que abrange um universo de 77 pessoas, entre funcionários efetivos, recrutamento amplo e direção, conforme demonstrado no quadro abaixo.

| DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL | | |
|--|--------------|----------------------|
| (Constituição Estadual, art.73, § 3º, acrescido pela EC nº 61 de 23.12.03). | | |
| Referente ao ano de 2020 - R\$ | | |
| CARGO/FUNÇÃO | Média | TOTAIS |
| Direção Superior | 15 | 1.095.018,38 |
| Recrutamento Amplo | 13 | 1.838.117,01 |
| Cargo Efetivo | 49 | 5.240.747,47 |
| Subtotais | 77 | 8.173.882,86 |
| Encargos Patronais | | 2.123.073,31 |
| TOTAIS | 77 | 10.296.956,17 |

Estagiários, Jovens e Menores aprendizes

A MGI valoriza seus profissionais desde os seus primeiros passos investindo no desenvolvimento de suas carreiras. Anualmente, contratamos estudantes universitários para atuar nas diversas gerências da companhia. Apoiamos também o Programa Jovem Aprendiz, que é uma política pública que coloca adolescentes no mercado de trabalho, ganhando um salário e fazendo um curso de profissionalização em alguma área específica. Ou seja, é a convergência da educação com a prática no mercado de trabalho.

| DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL | | |
|---|--------------|-------------------|
| CARGO/FUNÇÃO | Média | TOTAIS |
| Estagiários | 9 | 103.361,00 |
| Menor Aprendiz | 4 | 54.388,71 |
| Adolescente Aprendiz | 5 | 106.161,81 |
| TOTAIS | 18 | 263.911,52 |

Treinamento e educação

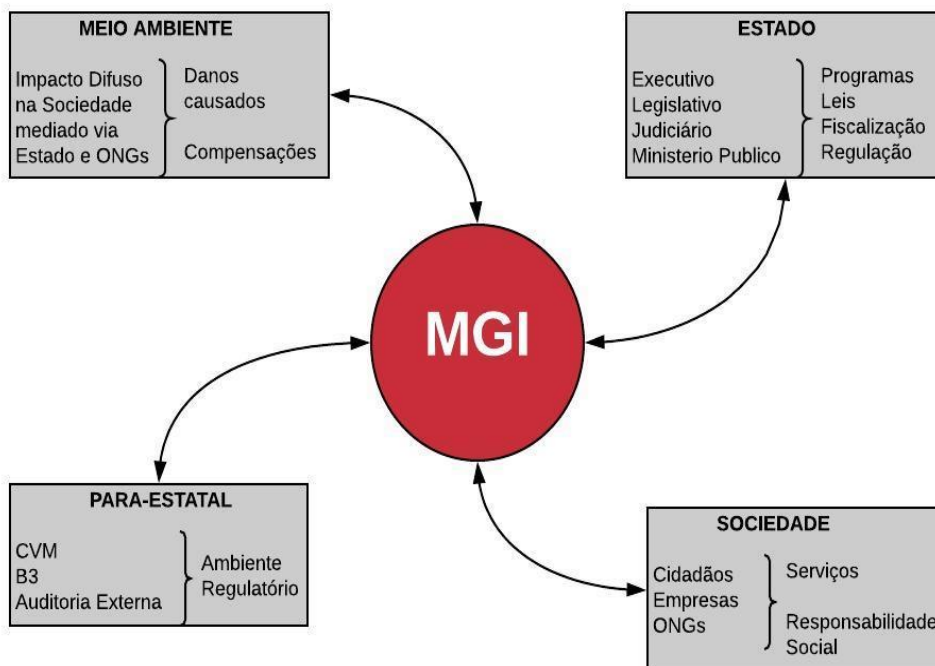
Em um ano de grandes desafios, a MGI não descuidou do aperfeiçoamento de sua equipe. Ações de desenvolvimento foram expandidas para as áreas. Em 2020, foram consumidas em torno de 1.364 horas de treinamentos, palestras e seminários, para todos os cargos e funções.

| TREINAMENTOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS - EM 2020 | |
|--|--------------|
| CARGOS | HORAS |
| Conselheiros e Diretores | 20 |
| Superintendente/Gerentes/Consultores | 366 |
| Auxiliares/Assistentes/Advogados/Contadores/Economista/Administrador | 978 |
| TOTAL DE HORAS | 1.364 |

1.5. Capital Social e de Relacionamento

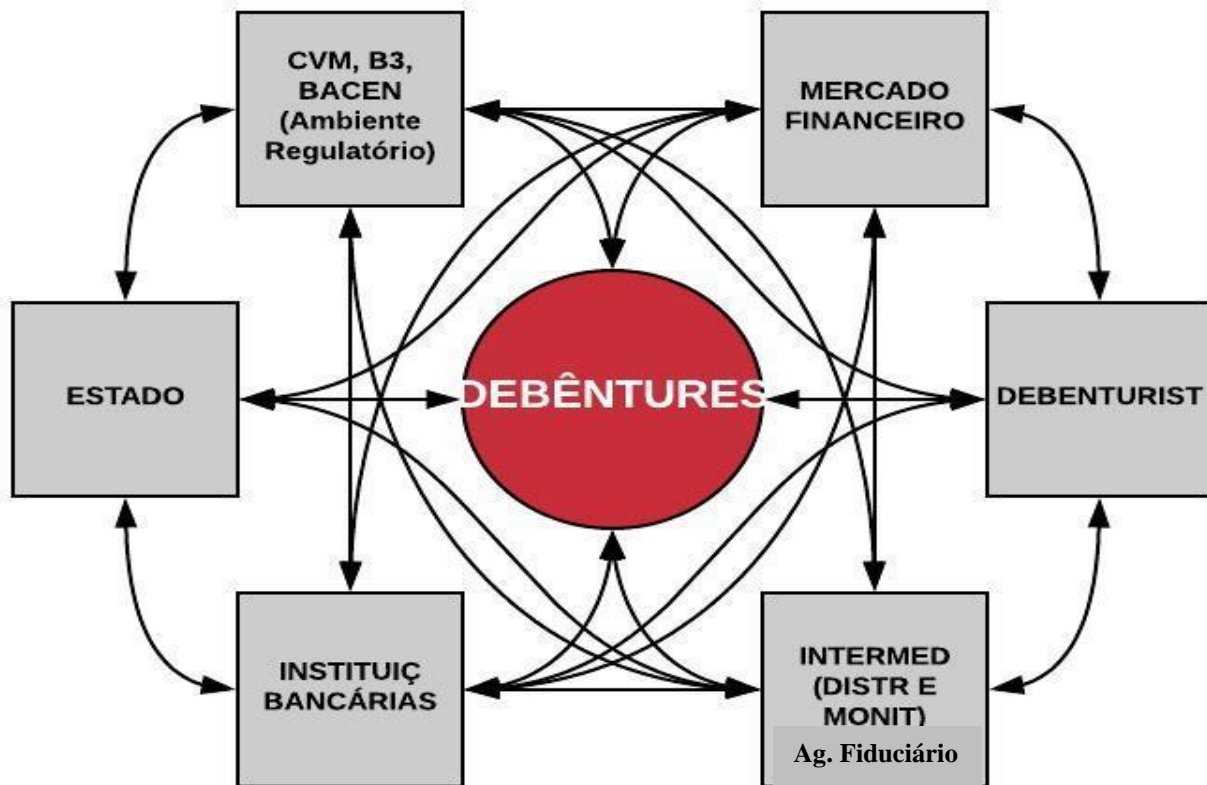
Por meio de processos de engajamento com seus públicos de interesses (*stakeholders*), a MGI diferencia seu público em relação aos ambientes externo e interno conforme demonstrado nos quadros abaixo:

STAKEHOLDERS - Ambiente Externo - MGI

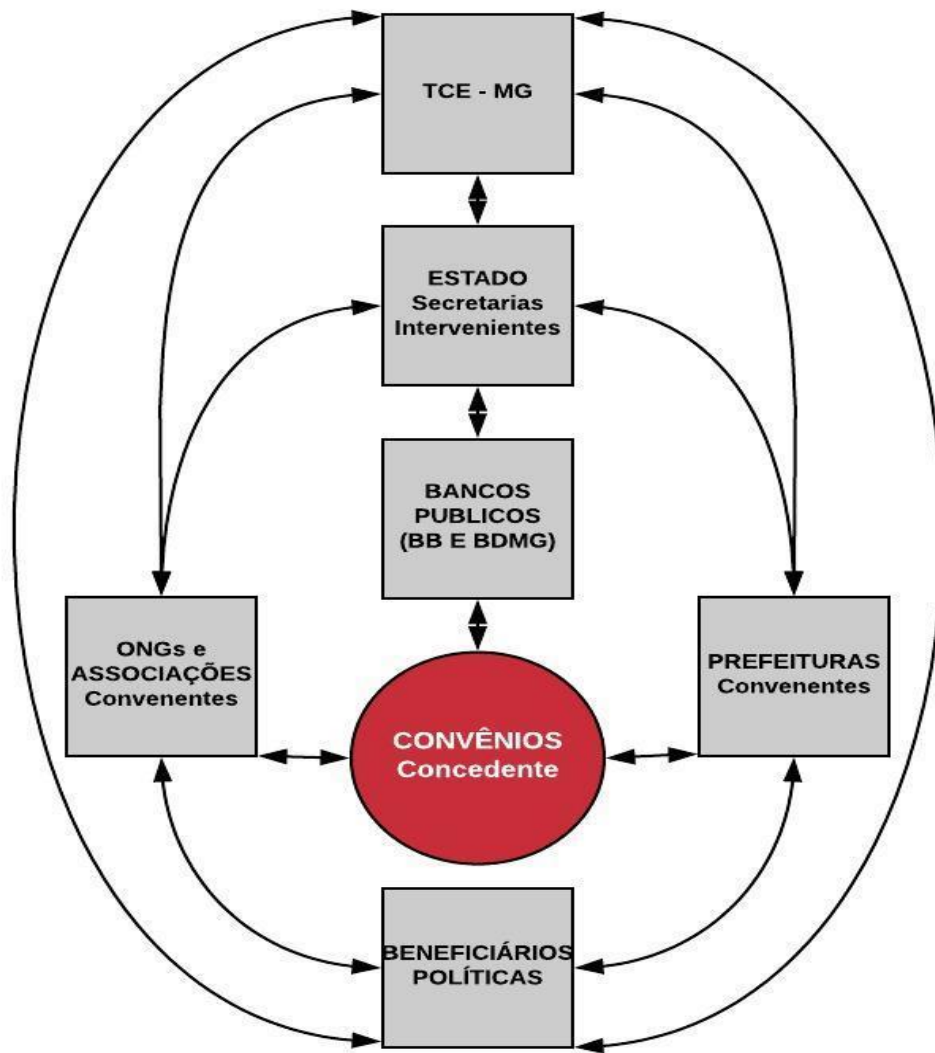


Ambiente Negocial Interno - MGI

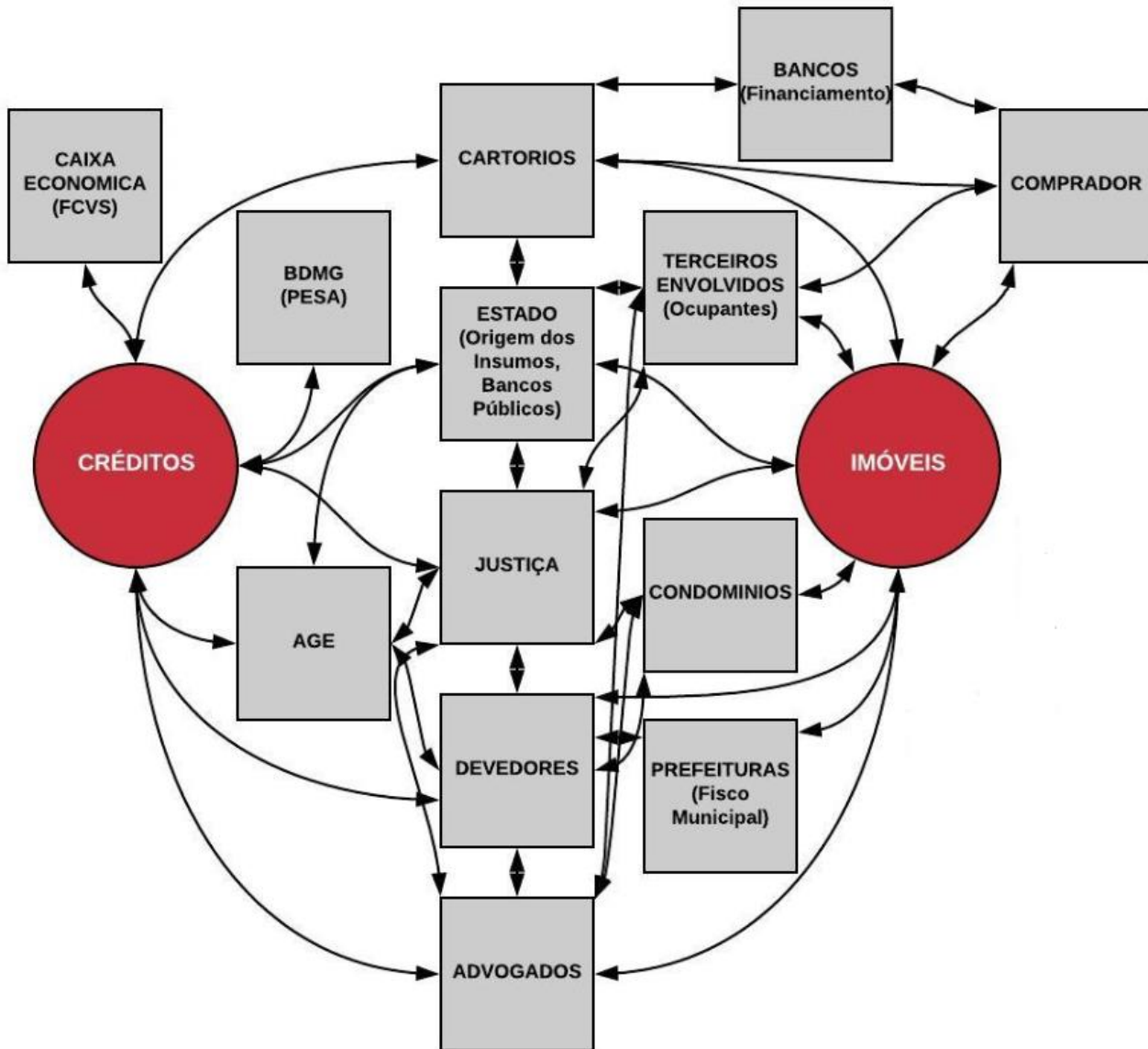
STAKEHOLDERS - Área Debêntures



STAKEHOLDERS - Convênios



STAKEHOLDERS - Áreas de Recuperação de Créditos e Venda de Imóveis



1.6. Capital Natural

A gestão do capital natural da MGI está atenta a questões relacionadas aos ecossistemas e à utilização saudável dos recursos naturais envolvidos na sua localização física, na Cidade Administrativa. Estamos engajados no Programa Ambientação, que é um programa de comunicação e educação socioambiental, criado em 2003, que tem o objetivo de promover a sensibilização para a mudança de comportamento e a internalização de atitudes ecologicamente corretas no cotidiano dos funcionários públicos em Minas Gerais.

O Programa é coordenado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente, por intermédio da Comissão Gestora Ambientação, atuando nas linhas de ação “Consumo Consciente” e “Gestão de Resíduos”. Nelas são desenvolvidas campanhas e ações que contribuem para melhorar a qualidade de vida com ações simples em um esforço coletivo.

Objetivos do Programa:

O **Programa Ambientação** tem como principal objetivo a mudança de hábitos e atitudes dos servidores públicos estaduais, por meio da promoção do consumo consciente para a redução do consumo de água, energia, papel e plástico, além da coleta seletiva. Essas ações combatem o desperdício e contribuem para a economia dos recursos naturais e financeiros.

Além disso, sua vertente social é expressa na mobilização e doação de materiais recicláveis para as associações e cooperativas de catadores, contribuindo para o aumento de renda e resgate da cidadania desses importantes agentes ambientais, ainda em grande vulnerabilidade social em nosso país.

Linhas de ação:

O Ambientação incentiva a apropriação do conceito dos 5 R's - Repensar, Recusar, Reduzir, Reaproveitar e Reciclar - por meio das linhas de ação “Consumo Consciente” e “Gestão de Resíduos”.

O objetivo da linha Consumo Consciente é sensibilizar os servidores para a responsabilidade quanto ao uso correto dos bens e serviços da Administração Pública, possibilitando a economia de recursos naturais, redução de desperdícios e o reaproveitamento de materiais, além de dar preferência, no momento das compras, aos produtos com diferenciais ecológicos, seja na sua constituição (reciclável), seja em seu processo produtivo (menor consumo de energia, quantidade de matéria-prima e geração de resíduos).

A segunda, Gestão de Resíduos, possibilita destinar adequadamente os resíduos das Instituições, aumentar a vida útil dos aterros sanitários e contribuir para a geração de trabalho e renda das associações de catadores de materiais recicláveis, que recebem os materiais das Instituições por meio de doações.

Indicadores do Programa:

Para mensurar a eficiência da educação ambiental como instrumento de gestão, o Programa Ambientação possui indicadores definidos para monitorar o consumo de água, energia elétrica, copos descartáveis, papel A4 e a qualidade da coleta seletiva nas instituições.

Os dados coletados pelas instituições são registrados no **Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA**, ferramenta desenvolvida com o objetivo de permitir o acompanhamento do desempenho das instituições participantes e gerar relatórios dos resultados.

Instituições participantes:

Atualmente existem 94 instituições com o programa implantado em 50 prédios públicos, contemplando aproximadamente 30 mil servidores. As instituições estão divididas em dois grupos:

- Instituições do Complexo da Cidade Administrativa
- Instituições Externas (fora do complexo da Cidade Administrativa)

A Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, localizada em Belo Horizonte, é a sede oficial do governo do Estado de Minas Gerais e onde está situada a sede da MGI. É composta por seis edificações principais — que abrigam a sede do governo, secretarias de estado, centro de convivência, auditório, prédio de serviços, praças de alimentação e restaurantes. Possui em torno de 270 000 m² de área construída e um público de aproximadamente 17 mil servidores.

Prêmios:

Ao longo desses anos, o Programa Ambientação foi reconhecido pela sua atuação e agraciado com as seguintes premiações:

- Prêmio Excelência em Gestão Pública (2005),
- Prêmio Ambiental Ponto Terra Minas (2006),
- Prêmio Ford de Conservação Ambiental (2006)
- Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade e Amor à Natureza (2011).



Fonte: www.ambientacao.meioambiente.mg.gov.br

Ações realizadas em 2020

a) Campanha Lacre do Bem

Consiste em arrecadar lacres de latinhas de alumínio e, com o valor da venda para reciclagem desses lacres foram adquiridas cadeiras de rodas doadas para pessoas carentes, creches e outras instituições que cuidam de crianças com paralisia cerebral ou mobilidade reduzida.

b) Campanha Gestão de Resíduos - Recicle sua Esponja

Em parceria com TerraCycle demonstrando a importância de reciclar esponjas dando a elas melhor destinação. O Núcleo de Ambientação levantou a adesão de 136 servidores e contabilizou: 155 esponjas descartadas nas copas e 112 esponjas trazidas de casa, totalizando 267 esponjas. Foram alcançados os objetivos de sensibilização e conscientização da importância de se construir uma sociedade mais consciente para o descarte adequado dos resíduos.

Por meio de uma estimativa, levando-se em conta somente os 13 andares de cada prédio (Minas e Gerais), pode-se dizer que a utilização de esponjas é de, aproximadamente, 1500 esponjas/mês, calculando somente dias úteis. Além dessas, há que considerar, ainda, as esponjas utilizadas nos restaurantes e lanchonetes dos prédios e no Centro de Convivência. Apurou-se que elas podem passar por processo de reciclagem, que inclui uma série de procedimentos, como a separação, a lavagem e a extrusão. Os resíduos são transformados em uma nova matéria-prima, chamada pellet. Esta matéria-prima é vendida e utilizada para a produção de outros objetos como bancos, lixeiras, etc.

2. Governança Corporativa

A governança corporativa da MGI está alinhada com os princípios e exigências emanados pela Lei Federal nº 13.303/2016, conhecida como “Lei das Estatais”. Na data-base deste relatório, a estrutura de governança da Companhia é formada pelas seguintes instâncias:

- Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho Fiscal;
- Conselho de Administração;
- Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD) – órgão de assessoramento do Conselho de Administração
- Diretoria Executiva
- Auditoria Interna – vinculada ao Conselho de Administração por intermédio do COAUD
- Núcleo de Gestão Estratégica e de Riscos – instância responsável, entre outros assuntos, pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos

Em consonância com o seu Programa de Integridade, a MGI busca continuamente fortalecer a cultura de ética e integridade na Companhia, norteando todos os negócios e relações com todos os stakeholders com base nos seguintes pilares:

- Governança e comprometimento da alta administração;
- Planejamento estratégico, gestão de riscos e controles internos;
- Código de Conduta, políticas e procedimentos;
- Due diligence nas relações com terceiros;
- Gestão de pessoas, comunicação e treinamento;
- Prevenção de nepotismo e conflito de interesses;
- Canal de ética;
- Transparência ativa e passiva;
- Monitoramento e aprimoramento.

No exercício de 2020, por meio de comunicação institucional recorrente e diversificada, a Companhia promoveu a disseminação de conhecimento e conscientização dos seus colaboradores sobre os pilares do Programa de Integridade e assuntos correlatos. Apesar do distanciamento social, a Companhia realizou sua 2ª Semana da Integridade, de forma totalmente digital, com diversas informações e atividades para engajar seus colaboradores.

O Programa de Integridade, juntamente com os códigos, políticas e regulamentos correlatos, bem como o Relatório Integrado e a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, estão disponíveis no sítio eletrônico da Companhia.

Com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº: 13.709/2018), que estabelece diretrizes importantes e obrigatórias para a coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais, a MGI instaurou, em janeiro de 2020, uma Comissão para a implantação da LGPD na Companhia. Dentre os trabalhos já realizados pela Comissão estão a conscientização da Diretoria e demais funcionários da Companhia sobre a Lei e a coordenação do mapeamento de dados realizado por cada área.

Na data-base deste relatório, a Comissão está na fase do *gap analysis*, identificando as situações que estejam em desacordo com a LGPD e, em seguida, ocorrerá a elaboração do DPIA (*Data Protection Impact Assessment*), que é o relatório de impacto à proteção de dados pessoais. Paralelamente, todos os contratos e editais da companhia estão sendo adequados à lei.

A Companhia entende que as boas práticas de governança corporativa transcendem o mero atendimento a obrigações legais para agregar grandes melhorias de gestão e transparência. Com esse pensamento, a Administração busca melhorar continuamente suas práticas de governança, como uma forma de agregar valor para os acionistas, clientes, investidores, funcionários e demais partes interessadas.

Acesso à informação

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar as informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei - que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012 - estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam aos pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade

e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, são publicadas no site informações acerca da estrutura organizacional, principais atividades, programas e ações, licitações e contratos, debêntures, concursos públicos, demonstrações contábeis, normas e regulamentos, entre outras, de forma objetiva e em linguagem acessível.

É disponibilizado, ainda, o menu “Fale Conosco” – por meio do qual é possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores, bem como informações de acesso ao sistema e-Sic – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão do Estado de Minas Gerais.

Política de divulgação de informação relevante

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Brasil, Bolsa e Balcão – B3, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi atualizada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/06/2018.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014, a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e em sua página na internet: www.mgipart.com.br.

3. Oportunidades e Riscos

A MGI utiliza como base para a elaboração do seu Planejamento Estratégico a Análise SWOT, ferramenta que possibilita a construção de um diagnóstico objetivo sobre a empresa sob a ótica de fatores endógenos (ambiente interno) e exógenos (ambiente externo). Por meio da análise das forças

e fraquezas inerentes à empresa e das oportunidades e ameaças provenientes do ambiente em que está inserida, a Administração da MGI elabora sua estratégia visando ao máximo aproveitamento de forças e oportunidades e estabelecendo mecanismos para reduzir as fraquezas e os impactos das ameaças.

As principais oportunidades e ameaças mapeadas pela Companhia estão relacionadas com: o mercado financeiro e de capitais - taxas de juros e cotações de ativos financeiros da Companhia; cenário político do Estado de Minas Gerais - as estratégias e políticas governamentais que afetam direta e indiretamente a MGI; Situação econômico-financeira estadual e nacional; evolução do mercado imobiliário; ambiente tecnológico, que possibilita avanços em diversas áreas.

As oportunidades e ameaças, confrontadas com as forças e fraquezas da Companhia, são o insumo básico para construção da estratégia de longo prazo.

Os principais riscos da Companhia, que possam afetar seus investidores e demais stakeholders, estão divulgados nas notas explicativas às Demonstrações Financeiras e no Formulário de Referência.

4. Estratégia e Alocação de recursos

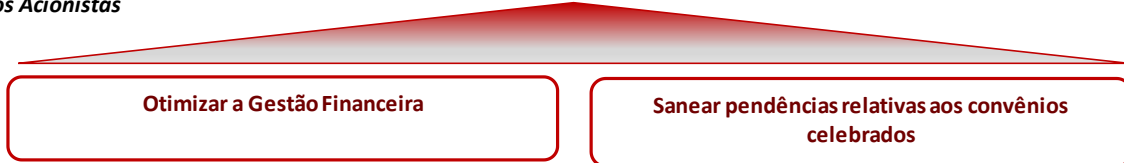
A MGI adota o modelo *Balanced Scorecard (BSC)* para elaboração do seu Planejamento Estratégico e controle dos resultados alcançados, por meio de indicadores de desempenho previamente definidos. O modelo BSC trabalha uma abordagem da estratégia sob distintas perspectivas, as quais coexistem de forma integrada e sistêmica.

Baseada no diagnóstico realizado por meio da Análise SWOT, a MGI elaborou seu mapa estratégico sob quatro perspectivas: perspectiva dos acionistas; perspectiva dos clientes; perspectiva dos processos internos; perspectiva da aprendizagem e crescimento.

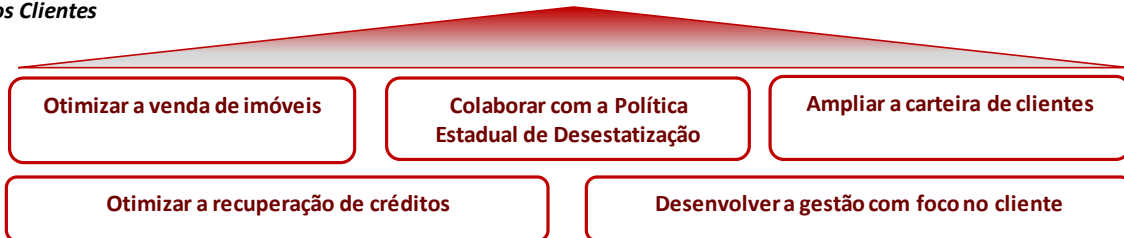
Visão: Ser reconhecida como referência em ações de suporte ao Sistema Estadual de Finanças.

Missão: Atuar estrategicamente em soluções voltadas para o Sistema Estadual de Finanças, por meio da administração e saneamento de ativos, operações financeiras e apoio ao desenvolvimento socioeconômico, sempre pautando sua conduta na ética e na integridade.

Perspectiva dos Acionistas



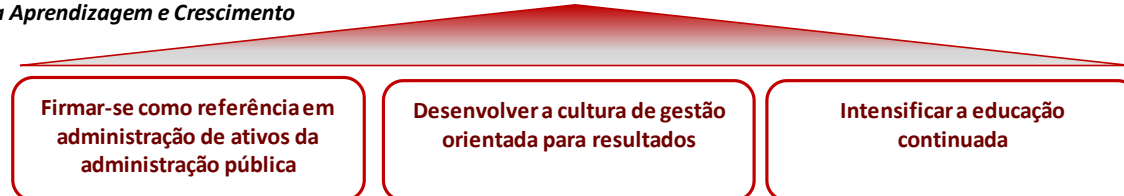
Perspectiva dos Clientes



Perspectiva dos Processos Internos



Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento



Criação e distribuição do Capital Financeiro

Em um mercado cada mais vez mais complexo e competitivo, a MGI assumiu a responsabilidade de cuidar para que se realize não apenas os interesses dos acionistas, como também dos demais stakeholders. Neste sentido, a companhia elabora a DVA - Demonstração do Valor Adicionado, que contribui para a evidenciação desta obrigatoriedade, uma vez que a DVA demonstra não apenas o quanto de riqueza a empresa agregou no período, mas também como esta riqueza foi distribuída entre os agentes econômicos, stakeholders, relacionados à sua criação.

A DVA evidencia na primeira parte o valor adicionado gerado pela organização e na segunda parte divulga a distribuição desse valor adicionado aos elementos que contribuíram para a geração da riqueza, como segue:

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado |
|--|----------------|----------------|----------------|
| | 2020 | 2019 | 2019 |
| Receitas de serviços | 1.749 | 2.599 | 3.610 |
| Receitas de recuperação de créditos | 6.457 | 3.420 | 3.420 |
| Receitas de atualização de crédito | 46.066 | 66.147 | 66.147 |
| Outras receitas | 249 | 556 | 556 |
| Receitas | 54.521 | 72.722 | 73.733 |
| Custos dos produtos e serviços vendidos | (280) | (216) | (1.016) |
| Custos processuais | (150) | (1.035) | (1.035) |
| Serviços tomados de terceiros | (3.306) | (1.439) | (1.547) |
| Despesas administrativas | (1.182) | (1.420) | (1.725) |
| Perdas de parcerias público privadas | - | - | (156) |
| Provisão para perdas de investimentos | - | (131) | (131) |
| Encargos financeiros contratuais | - | (70) | (70) |
| Perda/recuperação de valores ativos | 39.913 | 33.303 | 33.303 |
| Insumos adquiridos de terceiros | 34.995 | 28.992 | 27.623 |
| Valor adicionado bruto | 89.516 | 101.714 | 101.356 |
| Depreciação e amortização | (85) | (103) | (103) |
| Valor adicionado líquido | 89.431 | 101.611 | 101.253 |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | (719) | - |
| Resultado de ajustes a valor justo | (17.539) | (38.322) | (38.322) |
| Receitas de participações acionárias | 56.429 | 63.785 | 63.785 |
| Reversão de provisão de perdas em participações acionárias | 489 | - | - |
| Receitas financeiras | 6.810 | 11.627 | 11.662 |
| | 46.189 | 36.371 | 37.125 |
| Valor adicionado total a distribuir | 135.620 | 137.982 | 138.378 |

Distribuição da riqueza

A segunda parte da DVA apresenta de forma detalhada como a riqueza obtida pela MGI foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir:

Pessoal – valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício de forma de: remuneração direta, benefícios e FGTS.

Impostos, taxas e contribuições – Valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido, contribuições ao INSS, que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Os impostos: **Federais** – incluem os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios e Autarquias; **Estaduais** - incluem os tributos devidos ao Estado, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias; **Municipais** - incluem os tributos devidos ao Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades.

Remuneração de capitais e terceiros – valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital. Juros, alugueis e outras remunerações com direitos autorais, *royalties*.

Remuneração de capitais próprios - valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas. Juros sobre o capital próprio e dividendos e Lucros retidos e prejuízo do exercício.

MGI - Minas Gerais Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado |
|--------------------------------------|--------------|---------|-------------|
| | 2020 | 2019 | 2019 |
| Remuneração direta | 5.616 | 5.106 | 5.106 |
| Benefícios | 882 | 834 | 834 |
| FGTS | 401 | 391 | 391 |
| Pessoal | 6.899 | 6.331 | 6.331 |
| Remuneração direta | 1.063 | 1.324 | 1.540 |
| FGTS | 85 | 68 | 72 |
| Diretoria e conselhos | 1.148 | 1.392 | 1.612 |
| Federais | 9.816 | 7.973 | 8.112 |
| Estaduais | - | - | 177 |
| Municipais | 109 | 140 | - |
| Impostos, taxas e contribuições | 9.925 | 8.113 | 8.289 |
| Aluguéis | 44 | 44 | 44 |
| Obrigação por repasse | 3.587 | 1.574 | 1.574 |
| Despesas financeiras | 7 | 297 | 297 |
| Juros | 61.638 | 111.110 | 111.110 |
| Custo de transação de debêntures | 405 | 405 | 405 |
| Encargos financeiros com opções | 15.412 | 17.210 | 17.210 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 81.093 | 130.640 | 130.640 |
| Resultado do exercício | 36.555 | (8.494) | (8.494) |
| Remuneração de capitais próprios | 36.555 | (8.494) | (8.494) |
| Distribuição do valor adicionado | 135.620 | 137.982 | 138.378 |

5. Modelo de Negócios

A MGI atua em atividades finalísticas diversas, tendo como principal foco, atualmente, a comercialização de bens imóveis da administração pública direta e indireta. A seguir, uma breve contextualização de cada atividade:

➤ Comercialização de Bens

A MGI presta serviços técnicos destinados à alienação de bens imóveis por meio de leilões e concorrências públicas, tendo como principal cliente a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF). Os serviços compreendem a regularização cartorária, tributária e documental, divulgação, avaliação mercadológica, realização dos processos licitatórios e procedimentos pós-venda.

A MGI possui um contrato celebrado com a SEF para administração de ativos advindos dos bancos estaduais extintos e privatizados (Minascaixa, Bemge e Credireal), incluindo a alienação dos imóveis adjudicados em face da dívida de credores perante os bancos, e outro contrato para administração e venda de diversos imóveis de propriedade da administração pública estadual.

Além dos serviços prestados a terceiros, a MGI comercializa bens próprios, provenientes de contratos de cessão onerosa firmados com os bancos Bemge e Credireal, além dos imóveis não de uso da subsidiária EMIP, incorporada pela MGI em Julho de 2019.

A seguir, os resultados auferidos nos últimos 10 anos:

| Período | MGI | EMIP | SEF (Carteira Bancos) | SEF / SEPLAG (Imóveis Diversos) | Outros Contratos |
|--------------|---------------------|---------------------|--------------------------|---------------------------------------|---------------------|
| 2011 | 3.373.423,00 | - | 506.570,00 | - | - |
| 2012 | - | - | 4.114.365,00 | 20.237.444,00 | - |
| 2013 | 538.500,00 | - | 1.480.000,00 | 10.146.191,00 | - |
| 2014 | - | - | 871.250,00 | 10.481.631,94 | 1.539.200,00 |
| 2015 | - | 1.166.276,21 | 390.000,00 | - | - |
| 2016 | 25.101,00 | 1.040.826,85 | 928.600,00 | - | - |
| 2017 | - | 614.402,00 | 1.370.342,18 | 2.191.999,98 | - |
| 2018 | 674.750,00 | 2.345.697,89 | 478.277,00 | 2.553.500,99 | - |
| 2019 | 716.614,26 | 1.242.000,00 | 1.130.738,29 | 1.900.713,68 | - |
| 2020 | 3.738,46 | 396.460,04 | 231.700,00 | 10.446.109,52 | - |
| TOTAL | 5.332.126,72 | 6.805.662,99 | 11.501.842,47 | 57.957.591,11 | 1.539.200,00 |



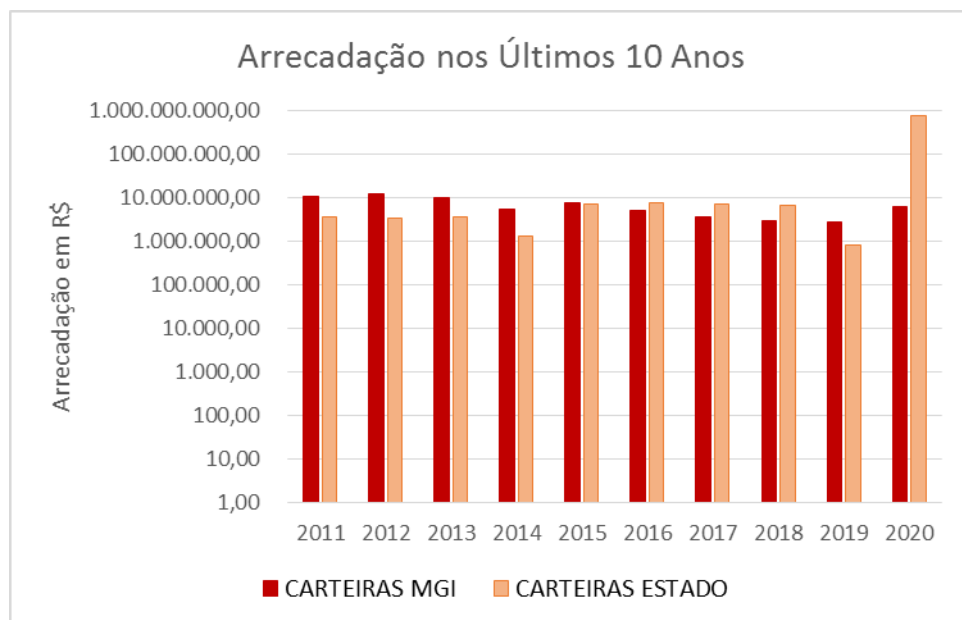
➤ Recuperação de Créditos

Em virtude da extinção da Minascaixa e da privatização dos bancos Bemge e Credireal, a MGI atua no saneamento dos créditos em liquidação advindos desses bancos. No final da década de 90, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa com o Bemge e o Credireal, tornando-se proprietária de parte desses créditos. Por força do contrato de cessão firmado com o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos acionistas do extinto banco, sendo o Estado de Minas Gerais acionista majoritário com 77,22% de participação no mencionado resultado. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à MGI.

A atividade abrange, também, a gestão e a recuperação de créditos em liquidação de propriedade do Estado de Minas Gerais, mediante contrato de prestação de serviços. Esses créditos são provenientes da privatização dos supracitados bancos e da extinção da Minascaixa, contemplando, inclusive, a novação de contratos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Correlato a esse contrato, a MGI possuía, até novembro de 2020, contrato com a Advocacia Geral do Estado (AGE) para fornecer suporte administrativo à coordenação responsável pelos processos judiciais relacionados aos ativos e passivos oriundos desses bancos.

Nos últimos anos, a MGI arrecadou em suas carteiras próprias e nas carteiras do Estado os seguintes valores:

| PERÍODO | CARTEIRAS MGI | CARTEIRAS ESTADO |
|--------------|----------------------|-----------------------|
| 2011 | 10.902.888,70 | 3.553.639,65 |
| 2012 | 12.229.376,53 | 3.411.810,03 |
| 2013 | 10.060.901,47 | 3.546.377,76 |
| 2014 | 5.576.425,75 | 1.280.277,16 |
| 2015 | 7.800.406,97 | 7.082.829,70 |
| 2016 | 4.959.976,83 | 7.680.080,07 |
| 2017 | 3.542.140,71 | 7.138.259,61 |
| 2018 | 2.946.775,12 | 6.745.653,49 |
| 2019 | 2.703.033,17 | 836.077,67 |
| 2020 | 6.453.511,47 | 783.408.204,45 |
| TOTAL | 67.175.436,72 | 824.683.209,59 |



➤ **Participações Societárias**

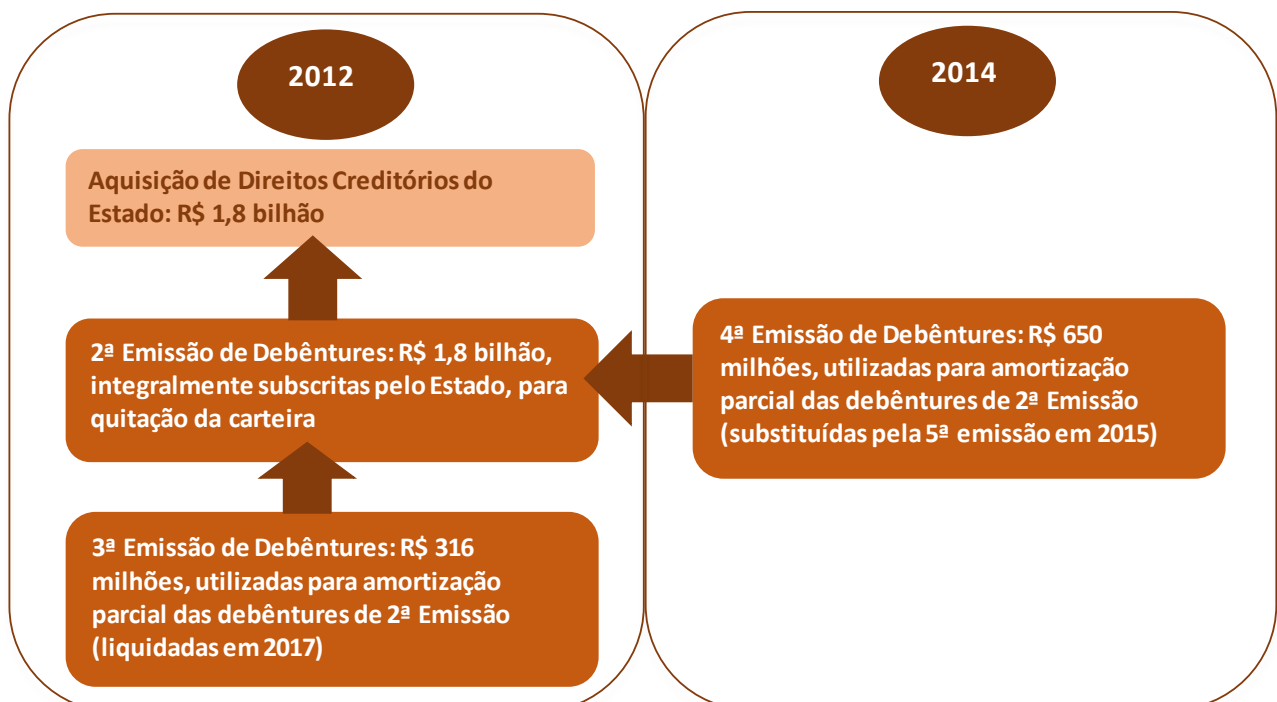
A participação societária em empresas em fase de instalação ou expansão foi a primeira atividade fim da MGI. Atualmente, embora a Companhia não atue em novas participações com essa finalidade, possui ainda participação societária em empresas nas quais investiu no passado:



As principais receitas provenientes dessa atividade são dividendos e juros sobre capital próprio, distribuídos pelas empresas investidas, sobretudo pela CEMIG, na qual a participação da MGI é mais significativa.

➤ **Debêntures e Direitos creditórios**

Com o intuito de contribuir com o Sistema Estadual de Finanças, a MGI possui como um de seus objetivos sociais a aquisição de créditos do Estado de Minas Gerais, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos por meio de operações de mercado de capitais para aquisição desses créditos. Nesse contexto, a MGI realizou as seguintes emissões de debêntures:

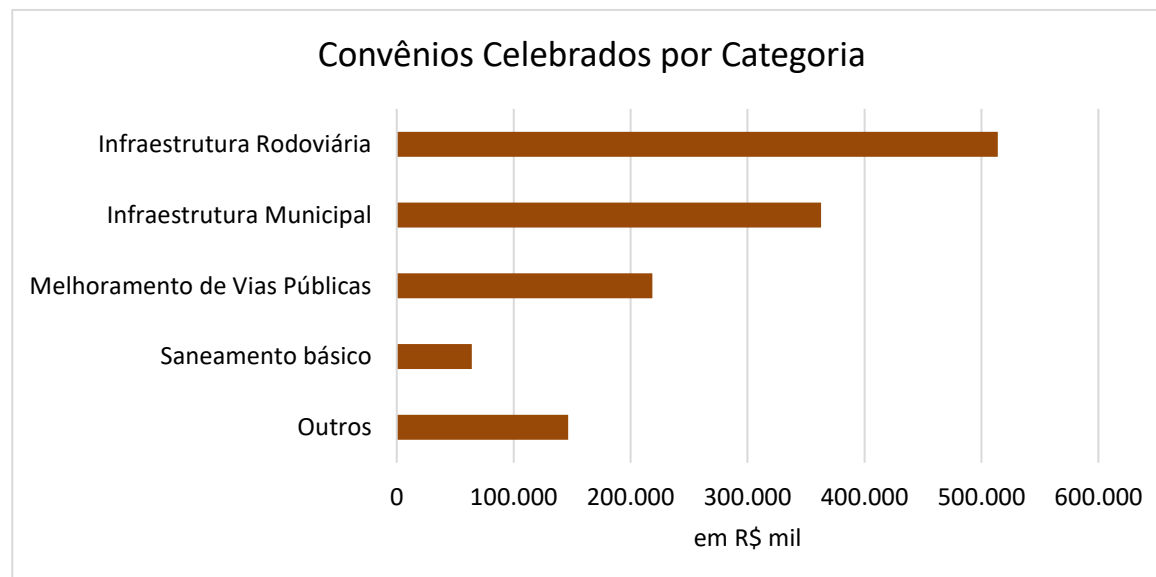


A Companhia recorreu ao mercado de capitais para viabilizar ao Estado cerca de R\$ 966 milhões na forma de amortizações das debêntures de 2ª emissão (subordinadas). Além desses valores, a Companhia utilizou recursos próprios, oriundos da própria carteira de direitos creditórios e outras receitas, para viabilizar ao Estado cerca de R\$ 406 milhões na forma de amortizações intermediárias das debêntures subordinadas, entre 2012 e 2018. Atualmente, estão vigentes a 2ª e a 5ª emissões.

➤ Convênios

De 2013 a 2018, a MGI firmou convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, em parceria com Secretarias de Estado de Minas Gerais, com o objetivo de promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Os repasses de recursos aos convenientes originam-se de aportes de capital do Estado de Minas Gerais na MGI destinados a essa finalidade.

Foram celebrados, no total, 1.521 convênios, destinados a obras de infraestrutura rodoviária, infraestrutura municipal, melhoramento de vias públicas, saneamento básico e outros.



Atualmente, a Companhia vem atuando na análise das prestações de contas desses convênios, bem como em repasses de parcelas remanescentes, buscando sanar todas as pendências a fim de encerrá-los.

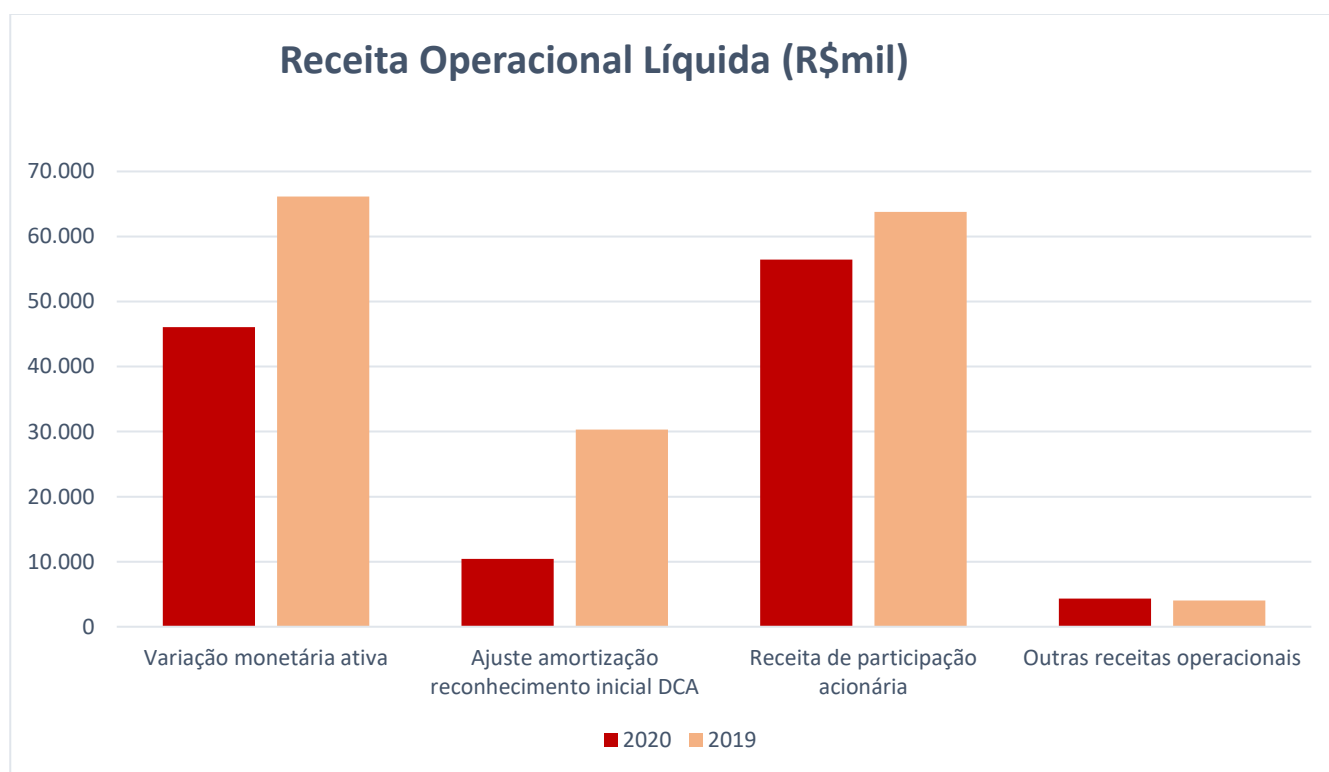
6. Desempenho Operacional e Financeiro

Na companhia, os números demonstram o resultado das decisões, conquistas, reveses, parcerias e relacionamentos. Por isso, os números do resultado financeiro da MGI são fundamentais para entender esta caminhada compartilhada com nossos *stakeholders* e partes relacionadas. Os valores a seguir estão apresentados em milhares de reais.

Receita Operacional Líquida

No período encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$117.278, 29% inferior ao mesmo período de 2019, quando alcançou R\$164.315.

Os fatores preponderantes para a redução da receita operacional líquida foram: (i) a redução de 12% nas receitas de participação acionária, comparando ao mesmo período do ano anterior, por motivos exógenos; (ii) a receita de variação monetária ativa dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 30%, em virtude, principalmente, da redução da taxa Selic; (iii) a receita de amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial dos direitos de crédito autônomos, que reduziu 66% em comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude da redução do saldo a amortizar. Essas receitas representaram, em conjunto, 96% da receita operacional líquida do período.



Custo Operacional

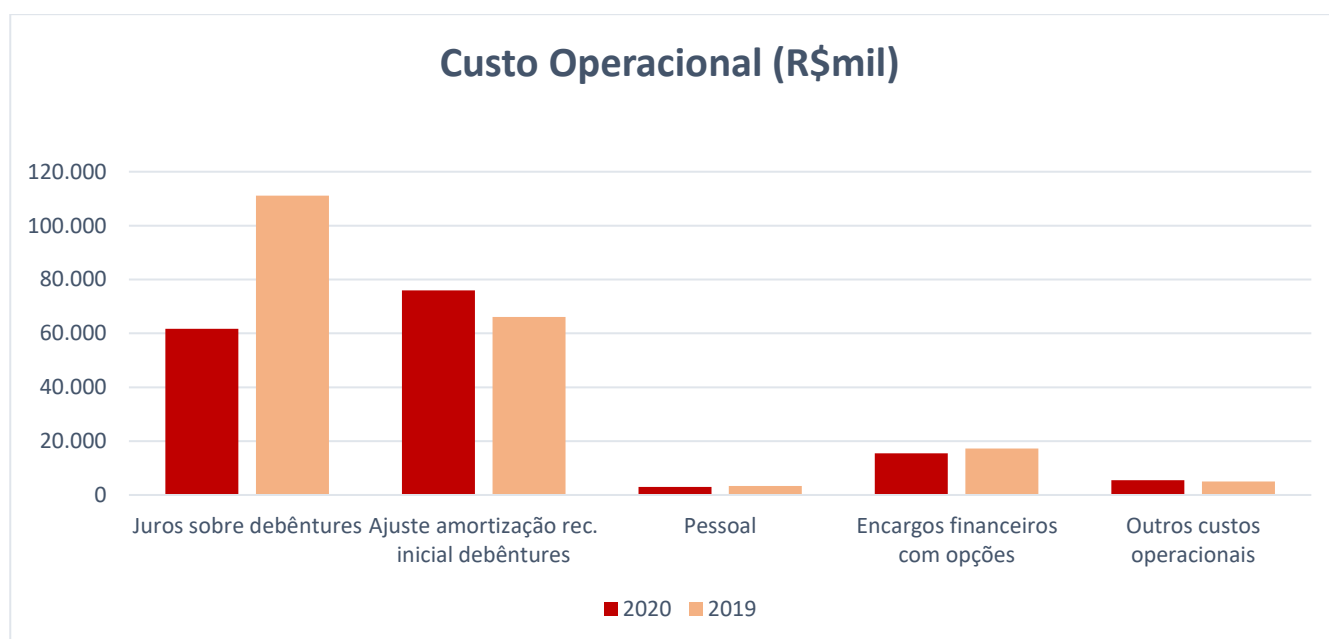
O custo operacional totalizou R\$161.503 no período, inferior em 20% a igual período do ano anterior, quando atingiu R\$202.771.

O custo mais expressivo é composto pela amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures que totalizou R\$75.968 no período, representando 47% do custo total. Este custo apresentou aumento de 15% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Outro item relevante para o custo total foram os juros sobre as debêntures, representando 38% do custo total. Seu valor foi de R\$61.638 no período (R\$111.110 em igual período do ano anterior), apresentando uma redução de 45%. Este foi o principal item que potencializou a queda do custo total.

O custo com encargos financeiros das opções, no valor de R\$15.412, refere-se à liquidação das tranches das opções de compra ocorridas em 2020 (R\$17.210 em 2019). Esse valor corresponde à diferença entre o preço de liquidação da opção em relação ao seu preço de exercício, multiplicado pela quantidade de opções da respectiva tranche.

O custo com pessoal apresentou redução de 12% em relação ao mesmo período anterior, devido a reestruturações promovidas pela Administração. Em que pese o Plano de Desligamento Voluntário ter gerado aumento desse custo no 1º trimestre, esse impacto foi superado pelas economias geradas nos meses seguintes.



Resultado Operacional Bruto

A Companhia apresentou resultado operacional bruto negativo de R\$44.225 no período, e no mesmo período do exercício ano anterior, de R\$38.456, também negativo.

O fator preponderante para o considerável aumento do prejuízo operacional bruto foi a diminuição da receita líquida em 29%, em virtude da redução da variação monetária ativa da carteira de direitos de crédito autônomos (DCA) em 30% e do ajuste a valor justo da mesma carteira em 66%. Outro fator relevante foi a redução da receita de participação acionária em 12%. Tendo em vista que essas receitas representam, em conjunto, 96% da receita total, as reduções observadas impactaram significativamente o resultado bruto.

A redução do custo operacional em 20% provocou um importante impacto no resultado, mas não a ponto de compensar a queda da receita líquida. Mesmo com o crescimento da amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas, das obrigações por repasses e

dos serviços de terceiros, a redução do custo composto pelos juros sobre as debêntures, que representa 38% do custo total e apresentou uma diminuição de 45%, compensou tais crescimentos e contribuiu para a redução do custo total.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 43,6%, de R\$7.690 em 31 de dezembro de 2019 para R\$4.340 em 31 de dezembro de 2020, em razão, principalmente, da redução da taxa de juros e da diminuição do montante aplicado, sobretudo em razão dos pagamentos das debêntures.

Apesar da redução, os critérios utilizados para alcance dos resultados positivos foram baseados em disciplinado controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos.

LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A MGI apurou, em 31 de dezembro de 2020, LAJIDA positivo de R\$34.181. No exercício anterior, o indicador foi negativo, no valor de R\$16.081.

LAJIDA ajustado

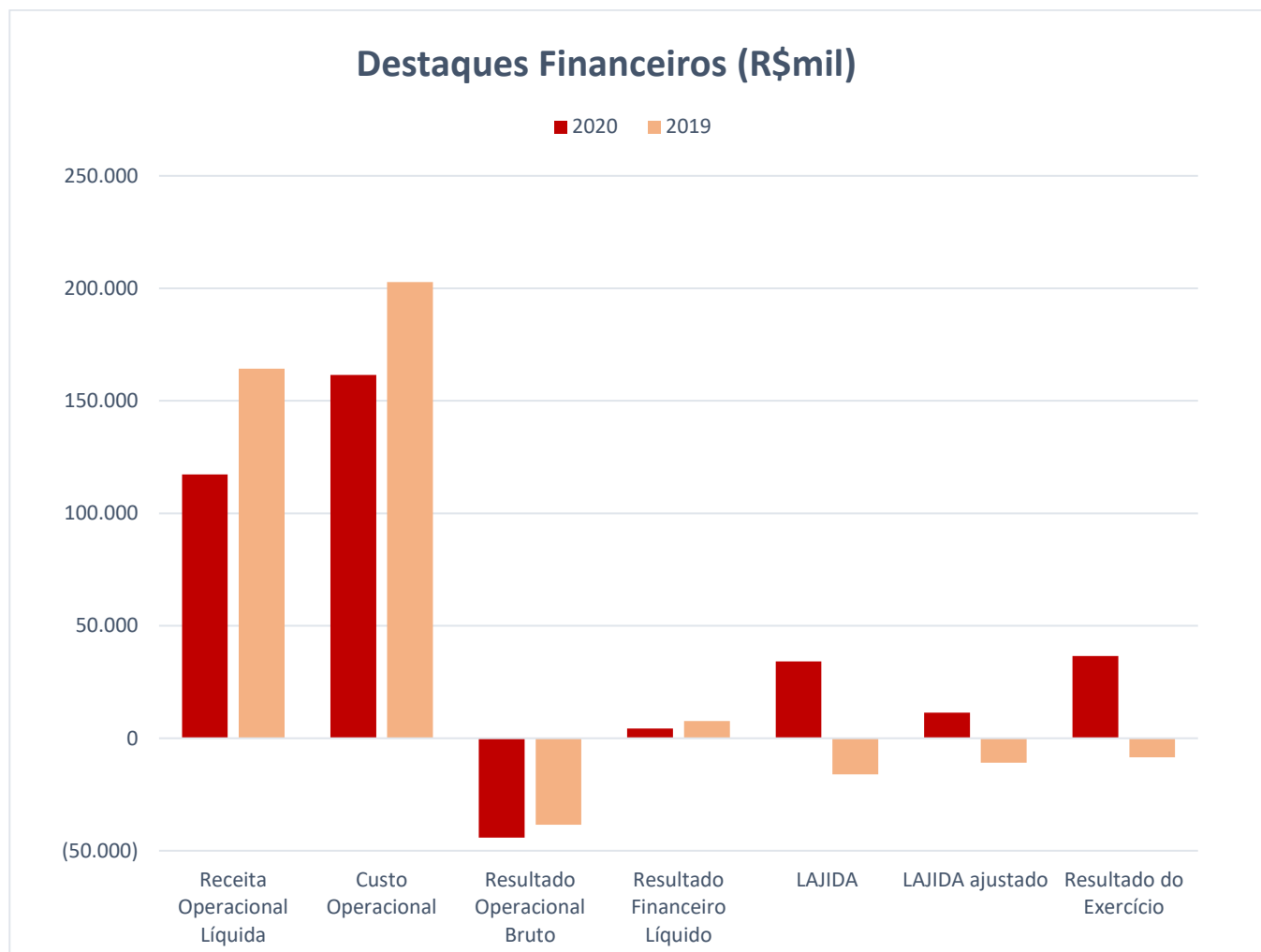
O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos efeitos abaixo, que não afetam a geração de caixa da Empresa:

- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis, aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações e à renegociação da carteira de direitos de crédito autônomos;
- Impairment dos direitos de crédito autônomos (perda na recuperação de direitos creditórios).
- Resultado correspondente à diferença entre o custo relativo à amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures subordinadas e a receita referente à amortização do ajuste no reconhecimento inicial da carteira DCA.
- Provisão para perda em participações societárias.

Apurou-se LAJIDA ajustado positivo de R\$ 11.315 em 31 de dezembro de 2020. No mesmo período do exercício anterior, esse indicador foi negativo em R\$ 10.931.

Resultado Líquido

A Companhia obteve resultado operacional negativo e decréscimo no lucro financeiro auferido no exercício. A empresa apresentou um resultado líquido positivo de R\$ 36.555 no exercício de 2020, enquanto, no exercício anterior, obteve resultado líquido negativo de R\$8.494.



7. Panorama futuro

Carta da Administração

O ano de 2020 foi marcado por um cenário externo sem precedentes na história da Companhia, que, assim como todo o mercado brasileiro e internacional, sofreu os impactos da pandemia causada pela COVID-19. Essa situação se prolonga para o ano de 2021, dando continuidade ao plano de contingência implantado pela Companhia para lidar com a situação, de modo a proteger seus colaboradores e demais pessoas com as quais se relaciona, sem prejudicar a continuidade dos seus negócios.

Buscando sempre evoluir nas boas práticas de governança corporativa, a Companhia reorganizou sua estrutura corporativa em janeiro/2021, tendo como destaque a reformulação da instância responsável pela integridade e gestão de riscos, com foco no seu fortalecimento, e a criação de um núcleo de controle estratégico, focado em monitorar e potencializar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia. Espera-se obter importantes melhorias advindas dessa reorganização estrutural

Diante da prolongação do isolamento social e seus impactos econômicos e sociais, existe risco relevante de redução dos resultados advindos da recuperação de créditos e da venda de imóveis. Durante o ano de 2020, a Companhia conseguiu excelentes resultados nessas operações, apesar das adversidades, colhendo frutos de novas estratégias iniciadas a partir do último trimestre de 2019. Contudo, com o crescente desemprego e redução das fontes de renda da população, a dificuldade na venda de imóveis e na recuperação de créditos tende a aumentar, sobretudo por tratar-se de créditos antigos, em sua maioria de baixa liquidez, e muitos dos imóveis tendo como público-alvo camadas da população de baixa renda. Para mitigar esses impactos, a Companhia tem investido na melhoria das estratégias de comunicação.

Apesar desses desafios, a Companhia possui perspectivas de expansão do negócio de venda de imóveis, conforme seu planejamento estratégico, haja vista a evolução de tratativas para celebração de novos contratos com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, logo no início do ano de 2021 foi celebrado contrato com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE para venda de 05 imóveis. A estratégia de expansão está alinhada com a desmobilização de ativos prevista na Política Estadual de Desestatização, instituída pelo Decreto nº47.766/2019. Nesse sentido, a Companhia vem negociando novos contratos com diversas entidades da administração indireta do Estado de Minas Gerais.

Existem boas perspectivas em relação à geração de receitas de participações acionárias, tendo em vista que a Cemig, principal companhia em que a MGI possui participação, vem demonstrando consistente melhoria de desempenho, o que já começou a refletir nos proventos distribuídos aos seus acionistas.

Com relação às variáveis de mercado que impactam a Companhia, espera-se, ainda, oscilações relevantes das cotações de ações das Companhias investidas, gerando impactos contábeis de ganho ou perda de ajustes a valor justo. Especificamente em relação à cotação das ações da Cemig e seu *dividend yield*, estes impactam no valor das opções flexíveis de compra e de venda, emitidas e detidas pela Companhia, sendo esse impacto não apenas contábil, mas financeiro. A Administração vem monitorando essas variáveis e realizando diversos estudos para mitigação de riscos. Já, em relação à taxa de juros, há expectativa de aumento nos próximos meses, o que é desfavorável para a Companhia por impactar no aumento do custo com debêntures, que são indexadas à taxa DI. Esse impacto será suavizado em razão dos ativos detidos pela Companhia atrelados ao mesmo indexador.

Com o progresso das ações do Governo de Minas no âmbito da Política Estadual de Desestatização, a Companhia possui perspectivas favoráveis, tanto em relação à desmobilização de ativos, com a disponibilização de novos imóveis do Estado para venda, quanto à possibilidade de uma contribuição efetiva voltada para a incorporação e/ou o saneamento de ativos de estatais extintas ou privatizadas, conforme previsão estatutária para tal.

Metodologia de elaboração do relatório

A MGI publica o Relatório Integrado com base no modelo IIRC, do Conselho Internacional para o Relato Integrado. Os elementos de conteúdo estão alinhados com a estrutura conceitual e foram distribuídos de forma a deixar o relatório conciso e objetivo. Foram selecionadas informações de reportes corporativos já publicados, incluindo o Relatório da Administração, as demonstrações contábeis, as notas explicativas, os pareceres das auditorias, o Planejamento Estratégico, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e o cenário de metas e riscos estratégicos.